



APROVADA

ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2017

1
2
3
4
5
6 No vigésimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e
7 trinta minutos, no pleno do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança
8 e do Adolescente - COMDICA, situada na Rua Benfica, trezentos e setenta e três, na
9 Madalena, Recife/PE, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do
10 Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do
11 Recife pelo presidente José Rufino da Silva para deliberação dos seguintes temas em pauta:
12 **APROVAÇÃO DAS ATAS; PLANO DA PRIMEIRA INFÂNCIA; RECOMPOSIÇÃO**
13 **DAS COMISSÕES; INFORMAÇÕES SOBRE LOA 2018; DEMANDAS DA**
14 **COMISSÃO SOCIOPEDAGÓGICA; PLANO DE AÇÃO 2018; EDITAL PARA**
15 **CAPTAÇÃO DE RECURSOS; CAMPANHA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E**
16 **INFORMES GERAIS.** *Participaram do pleno na condição de conselheiras(os): José Rufino*
17 *da Silva (Gabinete do Prefeito); Andréa Ricardo de Castro (Sec. Educação); Paulo Frias (Sec.*
18 *de Saúde); Albérico Spinelli (Secretaria de Finanças); Ana Paula Lins e Silva (Espro);*
19 *Valderlene Guimarães (Crefito); Maria do Livramento - Livia (CRP); Evandro Alves (Instituto*
20 *Solidare); Marcos Rodrigues dos Santos (AACD); Wilson Monteiro (Renapsi) e, ainda, os*
21 *seguintes representantes da sociedade civil: Maria das Graças (Turma do Flau); Maria*
22 *Madalena Fuchs (Educandário Nsra. do Rosário); Palloma Fidelis (APAE); Teresa Franco e*
23 *Bruna Gonçalves (LBV); Lucelene Sales e Irmã Maria das Dôres (Instituto Nossa Senhora de*
24 *Fátima); Maria Eufrásio (ISMEP); Daniela Araújo (Grupo Adolscer); Lourdinha Sousa*
25 *(Casa Menina Mulher); Irany Albuquerque (Lar Fabiano); Fabiano Silva, Luciano Ferreira,*
26 *Paula Cristiane, Wellington Rodrigues e Dário Santana (Conselho Tutelar); Bruno de Pinho*
27 *Alves (sociedade civil); Alexandre Menezes (Escola PE de Circo); e, ainda, os/as técnicos/as*
28 *do COMDICA, Angélica Araújo (Comunicação); Aurely Macedo; Roberta Sartori e Anderson*
29 *Ferreira (Sociopedagógico).* O presidente inicia o pleno dando boas vindas aos/as presentes e
30 realiza a leitura da pauta do dia. O presidente informa também que representações de dois
31 conselhos tutelares das RPAs 2 e 5 devem acompanhar o pleno e, na oportunidade, devem
32 apresentar argumentos, com o objetivo de ter o apoio do colegiado, sobre a necessidade de
33 criação de mais dois conselhos tutelares naquelas regiões e, ainda, propor ao Executivo uma
34 mudança na Lei do Conselho Tutelar. Seguindo a pauta, a ata do dia 13 de setembro do
35 corrente é submetida a aprovação do colegiado. **Em regime de votação, a ata do dia 13 de**
36 **setembro é aprovada por unanimidade.** Em seguida, a ata do dia 26 de setembro do corrente
37 é submetida a aprovação. **Em regime de votação, a ata do dia 26 de setembro é aprovada**
38 **por unanimidade.** A ata do dia 24 de outubro do corrente também é submetida a aprovação do
39 colegiado. No entanto, a conselheira Livia solicita que seja acrescentado ao texto a seguinte
40 informação na linha 95: "A técnica informa ainda que só o presidente esteve presente parte do
41 dia no órgão." A conselheira adiciona ainda nos Informes Gerais: "A conselheira Livia diz que
42 gostaria de saber em que o seminário poderá colaborar com o Plano Municipal da Primeira
43 Infância. A conselheira diz ainda da importância de somar ações. O conselheiro Nápoles
44 responde que o seminário não tem nada com o Plano Municipal da Primeira Infância". **Feito o**
45 **adendo, a ata do dia 24 de outubro do corrente é aprovada.** Para finalizar a votação das
46 atas, a ata do dia 07 de novembro do corrente é submetida a votação e é aprovada por



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 **unanimidade.** Seguindo a pauta, o presidente solicita que a conselheira Lívia coloque as
48 questões referentes ao Seminário Internacional Itinerante da Primeira Infância e Cultura de Paz
49 que aconteceu no dia 31 de outubro do corrente, no Centro de Convenções. Na oportunidade, a
50 conselheira lamenta a ausência do conselheiro Alexandre Nápoles, gerente da Criança e do
51 Adolescente da PCR. A conselheira Lívia inicia a explanação informando que o seminário
52 ficou à desejar porque em Recife ainda não existe um Plano da Primeira Infância. Ela diz que
53 os aspectos que foram levantados em relação ao Sistema de Garantia de Direitos e da cobertura
54 de todo território nacional foi importante. A conselheira acrescenta que fez um contato com a
55 representante nacional do Grupo de Trabalho que trata o tema da Primeira Infância, Lígia, e a
56 convidou para participar do pleno. A conselheira coloca que sentiu falta da participação das
57 instituições no seminário. Ela informa que ligou para algumas organizações sociais, mas elas
58 colocaram que não podiam participar. Como encaminhamento, Lívia sugere a participação de
59 alguns conselheiros/as numa comissão para tratar o assunto, conjuntamente, com as instituições
60 que desenvolvem o trabalho. A sugestão da conselheira é fazer o agendamento das primeiras
61 reuniões. Lívia informa ainda que mais de cem municípios já dispõem de um Plano da Primeira
62 Infância, em Pernambuco. Olhando para a violação de direitos, temos uma demanda imensa de
63 crianças e mães em situação de rua e do uso de drogas e tudo é muito grave, diz a conselheira.
64 Lívia comunica também que a equipe técnica, formada por Angélica Araújo, Neiva Barros,
65 Anderson Ferreira e Aurely Macedo, participou do evento e gostaria de ouvir a experiência de
66 cada um sobre o seminário. A técnica Aurely diz acompanhar profissionalmente a discussão da
67 Primeira Infância. A técnica lamenta a baixa participação das instituições e pouca divulgação
68 do evento. Aurely informa que o foco do seminário foi a articulação entre poder público,
69 organizações sociais e sociedade. Uma das palestras mais interessantes foi a de uma
70 psicanalista francesa que apresentou uma experiência exitosa que poderá ser desenvolvida em
71 Recife, diz a técnica. A técnica Angélica coloca que foi acompanhando a equipe para fazer o
72 registro e divulgação do evento. A conselheira Lívia diz que a ideia inicial é trazer a discussão
73 para o pleno através da apresentação do processo feito pela representante do GT Nacional,
74 Lígia. O conselheiro Albérico lembra que é preciso fazer o Plano de Ação 2018 e, partir de
75 então, encaixar demandas como o Plano da Primeira Infância e Edital para Captação de
76 Recursos. O conselheiro Paulo Frias informa que a Secretaria de Educação vem discutindo,
77 preliminarmente, o Plano Municipal da Primeira Infância, mas não sabe informar quem é o
78 responsável pelo processo. Frias acredita que o conselheiro Alexandre Nápoles pode informar
79 os andamentos da comissão e ações programadas. Paulo Frias diz ainda da preocupação de que
80 todos os direitos da população brasileira e, sobretudo, os direitos das crianças e adolescentes,
81 estão sendo gravemente ameaçados por conta do financiamento dos sistemas, entre eles, o
82 SUAS e o SUS. A conselheira Lívia concorda e diz que havia uma reunião marcada com os
83 nove conselhos sobre o assunto, mas por conta de outras agendas não foi possível realizar,
84 porém na próxima terça-feira, dia 28, no Auditório do Bando do Brasil, acontecerá um debate
85 sobre o desmonte da política de assistência do SUAS. A conselheira diz ainda que é necessário
86 fazer um rebatimento político maior sobre o tema a nível nacional. Segundo ela, é preciso que
87 se faça uma força tarefa respondendo a questão da inviabilidade do orçamento. Lívia diz ainda
88 que é preciso discutir também a questão das indicações políticas que estão acontecendo e que
89 rebatem diretamente no trabalho desenvolvido. O presidente diz que as responsabilidades não
90 estão sendo cumpridas e que o COMDICA não foi convidado para debater sobre o tema da
91 primeira infância. Como exemplo, segundo informado, em 2016, o conselho não conseguiu
92 pautar o Plano Municipal Socioeducativo. Recentemente o plano foi aprovado "*a toque de*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 *caixa*" e isso não é o correto, diz o presidente. A conselheira Lívia diz que violação de direitos
94 só pode ser discutida no conselho que a defende. Inclusive foi colocado pelos representantes
95 que vieram discutir o tema no seminário da primeira infância, diz Lívia. Na hora que se
96 entende que é possível fazer separadamente estamos fragilizando a política, afirma a
97 conselheira. É preciso que a primeira infância seja tratada por todos que trabalham com a
98 proteção integral porque os primeiros mil dias de existência é determinante para toda uma vida,
99 diz Lívia. O conselheiro Evandro afirma que a atitude do governo de pensar o plano sozinho
100 pode gerar um problema maior. O conselheiro Paulo Frias esclarece que não está participando
101 da formulação do plano da primeira infância e que apenas tomou conhecimento. Lourdinha
102 (Casa Menina Mulher) diz que todos os planos da criança e do adolescente precisam ser
103 formulados pelo COMDICA. Lourdinha diz que está havendo uma inversão de competências.
104 Secretarias são parceiras do conselho, registra Lourdinha. A conselheira Andréa lembra que o
105 Mãe Coruja é pactuado com a Educação e Saúde. A conselheira Lívia acrescenta que o
106 COMDICA está fazendo um levantamento de todos os programas e projetos do município
107 voltados para crianças e adolescentes e o Mãe Coruja vai entrar na lista para registro, visitaçã
108 e acompanhamento. O presidente afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo
109 88, inciso 2º, é bem claro: "*criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos*
110 *da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os*
111 *níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas,*
112 *segundo leis federal, estaduais e municipais"*, portanto, o COMDICA só pode controlar se os
113 programas e projetos estiverem registrados. Não se criou a cultura do registro no órgão, diz ele.
114 Ele afirma que a secretaria que mais registra é a Saúde. Educação manda algumas informações
115 e Desenvolvimento Social não tem nada registrado, diz o presidente. **Como encaminhamento,**
116 **a conselheira Lívia afirma que é preciso que o conselheiro Alexandre Nápoles traga a**
117 **pauta da primeira infância e que se crie um cronograma de trabalho com todos os/as**
118 **atores/atrizes do processo.** Seguindo a pauta, sobre a recomposição das comissões, **o**
119 **conselheiro Albérico solicita que seja encaminhado um ofício para as secretarias e**
120 **instituições pedindo a confirmação e/ou indicando a substituição dos conselheiros/as**
121 **ausentes para a definição da participação nas comissões.** O presidente solicita que a técnica
122 Angélica convoque as reuniões das comissões. Finalizando o ponto de pauta, o presidente
123 pergunta se alguém do governo ou instituição gostaria de fazer parte de alguma comissão?
124 Resposta negativa. Seguindo a pauta, o conselheiro Albérico informa que Simone (Financeiro)
125 apresentou uma planilha do que consta para a LOA 2018, referente a incentivos fiscais e
126 doações, fonte 246. Na proposta consta R\$700.000,00 (Setecentos Mil), diz o conselheiro. Na
127 fonte 100 consta R\$1.210.000,00 (Hum Milhão Duzentos e Dez Mil), diz Albérico. O
128 conselheiro afirma que quem definiu o valor foi a Secretaria de Planejamento e não o
129 COMDICA. O presidente explica que a proposta para a definição dos valores foi encaminhado
130 ao COMDICA, mas a coordenação geral preferiu não se manifestar e, então, retornou para a
131 secretaria e lá foi definido da forma que eles entenderam. A conselheira Lívia informa que a
132 Fórum DCA esteve na segunda-feira, dia 20, e na terça-feira, dia 21, na Câmara Municipal para
133 acompanhar a aprovação da Lei Orçamentária (LOA). Lívia chama atenção para a necessidade
134 do COMDICA acompanhar o andamento das negociações. Ela informa ainda que participou de
135 uma reunião com um dos assessores da câmara e a informação é que a projeção para o
136 orçamento de 2018 é bem menor que em 2017. Dito isso, Lívia afirma que a Comissão de
137 Finanças precisa trabalhar para fazer os encaminhamentos necessários. Lourdinha (Casa
138 Menina Mulher) lembra que a LOA precisa ser construída e elaborada pelo COMDICA.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 Qualquer possibilidade de mudança só pode ser feita agora pela Câmara Municipal, coloca
140 Lourdinha. Dia 20 não foi colocado em pauta e no dia 21 também não, afirma Lourdinha.
141 Madalena Fuchs (Educandário Nsra. do Rosário) diz ter participado do Seminário de Avaliação
142 do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual e do grupo do eixo orçamento. Ela diz que o
143 grande problema dos conselhos é não se antecipar aos fatos, a exemplo do período de
144 encaminhamento da LOA. Infelizmente não teremos orçamento, em 2018, para o plano de
145 violência sexual, diz Madalena. O conselheiro Evandro afirma que o conselho está engessado e
146 é preciso fazer gestão para não "morrer na praia" e ficar com os recursos em caixa sem poder
147 utilizar. A conselheira Lívia propõe que a Comissão de Finanças articule com o Fórum DCA
148 para ir à Câmara Municipal acompanhar o processo, independente das perdas. O presidente
149 sugere acionar o conselheiro Hélio Guabiraba, representante da Câmara Municipal. Seguindo o
150 pleno, o presidente solicita que os/as conselheiros tutelares presentes falem sobre a proposta de
151 criação de novos conselhos tutelares nas RPAs 2 e 5. O conselheiro tutelar Luciano afirma que
152 é uma preocupação a demanda de casos atendidos nos conselhos das duas RPAs. Segundo ele,
153 a preocupação é que em um mês foram duzentos casos abertos em todos os seguimentos de
154 violação de direitos. Luciano afirma que entrou em contato com alguns conselheiros(as)
155 antigos da casa para saber se já havia um debate em torno da ampliação dos conselhos
156 tutelares. Luciano diz que pelo CENSO/IBGE/2010 já existe número suficiente de habitantes
157 para a implantação de um novo conselho tutelar nas duas regiões. O conselheiro tutelar diz que,
158 conforme a lei preconiza, a cada cem mil habitantes deve haver a criação de um novo conselho
159 tutelar. Pelo CENSO de 2010, em torno de 220 mil pessoas moram na RPA 2, diz Luciano.
160 Luciano afirma que, infelizmente, alguns casos encaminhados não tem o andamento que o caso
161 requer por conta de demandas no CREAS, CRAS e na Rede de Saúde. Ele afirma ainda que
162 todos sabem da estrutura que hoje tem os conselhos tutelares. Luciano afirma também que tem
163 outro dado que preocupa: pessoas que estão vindo de outras áreas fora do Recife por conta da
164 entrega de habitacionais. Segundo ele, só em Dois Unidos foram entregues dois habitacionais,
165 aumentando a população. Por tudo que colocou, Luciano, em nome dos conselheiros(as)
166 tutelares das RPAs 2 e 5, solicita o aporte de todo colegiado no sentido de apoiar a criação e
167 implantação de dois novos conselhos tutelares nas duas RPAs citadas. Luciano diz ainda que o
168 grupo deve procurar outros parceiros, entre eles, o Ministério Público e até mesmo a prefeitura
169 municipal para colocar a necessidade da demanda. A conselheira Lívia afirma que é muito
170 importante acompanhar bem de perto o trabalho do conselho tutelar. A conselheira afirma que
171 em virtude das dificuldades enfrentadas e do contexto que tende a se agravar, é preciso juntar
172 as forças para saber qual será o enfrentamento que será feito. O presidente disse entender que o
173 conselho tutelar e o conselho de direitos são dois órgãos criados pelo ECA e tem a obrigação
174 de caminhar junto. No dia 29 de junho, o presidente lembra que o COMDICA realizou um
175 seminário para tratar as questões de enfrentamento a violência e em defesa da vida das crianças
176 e dos adolescentes e lá ficou estabelecido uma agenda conjunta. Ele acredita que é a partir das
177 demandas do conselho tutelar que o colegiado pode formular as políticas e mobilizar a
178 sociedade. O presidente diz ainda que será criada uma comissão para discutir e reformular a lei
179 do conselho tutelar. Para finalizar o assunto, o conselheiro tutelar Luciano coloca que,
180 posteriormente, será encaminhado ao COMDICA um documento contextualizando e
181 oficializando a necessidade de criação de novos conselhos tutelares nas duas RPAs. O
182 presidente coloca que a partir de agora, em todos os plenos, os conselhos tutelares receberam
183 convites para a participação dos/as conselheiros/as. O conselheiro Áberico solicita um
184 esclarecimento sobre o orçamento municipal enquanto servidor da Secretaria de Finanças e diz



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 que o orçamento é uma espécie de plano de ação. O conselheiro afirma que se hoje o
186 orçamento do COMDICA está menor é devido ao percentual de devolução de recursos dos
187 anos anteriores. Ele explica que o orçamento é formulado a partir do que efetivamente foi
188 utilizado e, por isso, o COMDICA precisa otimizar recursos e melhorar procedimentos. O
189 conselheiro acrescenta também que a arrecadação do município diminuiu muito nos últimos
190 anos. A conselheira Lívia coloca que uma das competências do conselho é deliberar sobre o
191 orçamento e acrescenta ainda que existe uma quantia grande de devoluções que ultrapassa os
192 R\$90.000,00 (Noventa Mil Reais). Para tanto, Lívia solicita que a Comissão de Finanças
193 realize a análise dos recursos devolvidos e a efetividade dos financiamentos. No momento que
194 a gente não planeja corretamente a utilização dos recursos e não atua na proposição, sofremos a
195 rebordosa, diz ela. A conselheira afirma que um dos elementos que pedimos para observar os
196 dados foi a questão orçamentária, mas não é só essa. Seguindo a pauta, o presidente solicita
197 que a Comissão Sociopedagógica apresente as demandas. A técnica Aurely comunica que
198 recentemente a comissão voltou a atuar com a entrada de duas conselheiras, Lívia e Andréa, e
199 conseguiu dar celeridade ao cronograma de atividades. Dito isso, a técnica coloca que a
200 demanda apresentada é com relação a decisão plenária do dia 30 de agosto de 2016 de negativa
201 da inscrição no COMDICA do Curso de Auxiliar de Escritório em Geral do Programa de
202 Aprendizagem Profissional da Organização de Auxílio Fraternal (OAF). A técnica informa que
203 a OAF entrou com recurso justificando a incoerência da decisão no ano passado. A técnica
204 explica que, conforme a Resolução nº001/2016, quando a instituição solicita a entrada para
205 inscrição de programas ou registro da entidade e recebe uma decisão contrária e, ainda,
206 discorda do que o colegiado deliberou, tem um prazo de trinta dias para entrar com recurso.
207 Segundo a resolução, o colegiado tem um prazo para responder, afirma ela. Aurely informa
208 ainda que a questão já foi apreciada, ano passado, mas o colegiado não achou suficiente a
209 justificativa da OAF para a revisão do parecer e deu como encaminhamento provocar o
210 Ministério do Trabalho e Emprego sobre o assunto. O ministério demorou com o
211 encaminhamento da resposta e a nova comissão achou por bem marcar uma reunião para
212 discutir o tema com a participação do presidente, da equipe sociopedagógica, da instituição e
213 de uma auditora designada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Durante a reunião, a
214 auditora informou que a legislação diz que é desejável que o adolescente aprendiz goze do
215 período de férias no mesmo período das férias escolares, mas a legislação está correlata com a
216 CLT e permite que a empresa defina o período no qual o jovem aprendiz irá tirar suas férias,
217 após doze meses de trabalho, independentemente da vontade ou concordância do mesmo.
218 Aurely afirma que é nessa brecha da legislação que entra o contrato de até dezesseis meses
219 dos/as adolescentes. Após os esclarecimentos, a técnica faz a leitura do parecer técnico. Aurely
220 explica que o parecer negativo foi devido a quantidade de sala que não batia com o quantidade
221 de dias e da carga-horária prevista no módulo inicial e, ainda, com relação ao período de férias
222 dos/as jovens aprendizes. Conforme explica o parecer, em todos cursos foi percebido que os/as
223 adolescentes não estavam tirando o período de férias e, após o fim do contrato, recebia as
224 verbas rescisórias. Após o recurso apresentado pela OAF, o COMDICA encaminhou ofício
225 solicitando informações ao Ministério do Trabalho e Emprego e a resposta só chega em
226 junho/2017, diz Aurely. A técnica coloca que é preciso uma resolução própria do COMDICA
227 para tratar a questão dos aprendizes, em especial agora, em virtude da proposta de reforma na
228 legislação trabalhista proposta pelo Governo Federal. Na oportunidade, Aurely comunica que,
229 junto com a técnica Roberta Sartori, participa desde agosto do FORAPE - Fórum de
230 Aprendizem, na Superintendência Regional do Trabalho. Aurely diz que recentemente



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 conheceu a nova auditora, Simone, e a proposta é formar um Grupo de Trabalho (GT) junto
232 com o FORAPE e instituições que trabalham com aprendizagem para construir a Resolução do
233 COMDICA. Segundo a ela, a leitura do técnico é superficial já que precisa entrar em vários
234 regimes de atendimento e, por isso, junto com a comissão sociopedagógica, o pedido foi
235 indeferido. Portanto, é preciso que as instituições que estão com a mesma prática sejam
236 indeferidas também e não deveriam ter os programas inscritos no COMDICA, diz ela. Fica um
237 alerta para a discussão e reflexão de uma prática incorporada pelas empresas, fala a técnica. A
238 conselheira Lívia coloca que os fóruns FORAPE e FEPETIPE tratam da questão da violação de
239 direitos para o mundo do trabalho. Lívia afirma que na semana passada houve um seminário do
240 FEPETIPE e a impressão é que o diálogo dos fóruns com o conselho é muito distante, em
241 especial, quando se leva em consideração os números assustadores de crianças e adolescentes
242 trabalhando. No passado, o COMDICA tinha apenas seis instituições formadoras, diz Lívia. As
243 instituições formadoras podem fazer convênios com as empresas e tem toda uma regulação da
244 Lei para que o adolescente migre para o mercado de trabalho na primeira experiência, diz a
245 conselheira. Ela afirma que uma criança violada até chegar na adolescência para o mundo do
246 trabalho, um mundo produtivo, não pode ter seis meses ou até um ano de orientação. Segundo
247 ela, a base do trabalho são as instituições que trabalham com o serviço de convivência e
248 fortalecimento de vínculos que é a maioria que estão inscritas no conselho. As referidas
249 instituições estão enfrentando dificuldades, diz Lívia. A temática não é só da OAF e, sim, de
250 todas que trabalham a questão, diz a conselheira. Lívia afirma que é preciso fazer uma
251 Resolução, não é apenas um Grupo de Trabalho. O fórum tem que demandar e o conselho fazer
252 o encaminhamento para atender os vários aspectos, diz ela. A Resolução precisa ser construída
253 pelas comissões Sociopedagógica e Jurídica, diz Lívia. Lívia diz que as instituições trabalham
254 muito e que o público não consegue ser atendido pelo *Sistema S*. A conselheira Ana Paula Lins
255 afirma que a ESPRO trabalha com o programa de aprendizagem e no programa existe a Lei
256 que é bem específica e, em algumas situações que há dúvidas, se faz uma consulta ao Manual
257 de Aprendizagem, que fornece entre outras orientações, as questões referentes ao contrato de
258 aprendizagem e as férias. Ana Paula afirma que a empresa não tem a obrigatoriedade de dentro
259 do contrato de dezesseis meses oferecer as férias. A conselheira entende que as instituições que
260 trabalham com Jovem Aprendiz tem uma equipe formada por psicólogos/as, assistentes sociais,
261 entre outros profissionais para acompanhar o desenvolvimento dos/as jovens e, sobretudo, não
262 se viole direitos, transformando o aprendizado em trabalho escravo. Ela diz da importância do
263 COMDICA acompanhar o processo já que existem inúmeras instituições que trabalham com o
264 programa de aprendizagem. O conselheiro Wilson informa que a Lei de Aprendizagem é bem
265 clara. O conselheiro Evandro diz que na prática o processo de aprendizagem é muito
266 significativo na vida do/a jovem que está iniciando a vida profissional. Evandro diz da
267 experiência de inserir profissionalmente no mercado de trabalho os/as jovens que passaram
268 pela programa de aprendizagem e, efetivamente, observa uma mudança da qualidade de vida
269 do beneficiário e sua família. É preciso incentivar as instituições a aderir ao processo e formar
270 aprendizes, diz Evandro. O conselheiro afirma que é preciso urgência na criação de um
271 protocolo para orientar a equipe técnica e sociopedagógica. Evandro diz ainda que, após a
272 Resolução construída, o COMDICA possa procurar o Ministério Público do Trabalho e
273 apresentar o documento para que seja dado um aval para o encaminhamento nos processo de
274 liberação dos registros. **O presidente coloca em votação a revogação da decisão plenária do
275 dia 30 de agosto de 2016 quanto a inscrição no COMDICA do Curso de Auxiliar de
276 Escritório em Geral do Programa de Aprendizagem Profissional da Organização de**



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 **Auxílio Fraterno (OAF) e aprova, por unanimidade, a inscrição do CURSO DE**
278 **AUXILIAR DE ESCRITÓRIO GERAL DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM**
279 **PROFISSIONAL DA OAF, decidindo pelo deferimento da solicitação de RECURSO.**
280 Como encaminhamento fica deliberado que nas próximas reuniões das comissões
281 Sociopedagógica e Jurídica os membros das referidas comissões elaborem um calendário para
282 iniciar as discussões sobre a formatação de uma Resolução COMDICA sobre aprendizagem.
283 Para finalizar o debate sobre o assunto, a conselheira Lívia informa que a Comissão
284 Sociopedagógica está com vários atendimentos em andamento de instituições e que a comissão
285 está fechando alguns processos para votação do colegiado e que a pauta de aprendizagem
286 retorna para o encaminhamento da Resolução, na pauta de prioridade, conjuntamente com a
287 Comissão Jurídica. Seguindo a pauta, a conselheira Lívia lembra dois pontos importantes na
288 semana passada: análise do plano municipal de crianças e adolescentes em situação de rua e,
289 ainda, agendamento do plano de erradicação do trabalho infantil previsto para o dia 05 de
290 dezembro do corrente. Lívia afirma que, em reunião, foi discutido a remarcação da data da
291 avaliação do plano já que falta pouco para o fim do ano e o COMDICA ainda não revisitou o
292 Planejamento Estratégico/Plano de Ação do órgão e a estratégia é determinante para o trabalho
293 do conselho. Lívia diz ainda que hoje o Estado inicia um trabalho de três dias focado na
294 questão do trabalho infantil. A conselheira diz ainda que sente falta de dados nos processos de
295 avaliação. Segundo ela, a proposta é adiar o seminário de avaliação do dia 05 e fazer uma visita
296 ao planejamento. O último pleno é no dia 19 de dezembro do corrente. O presidente propõe
297 que seja feito, em pleno extraordinário, no início de janeiro, antes do dia 10. **Fica deliberado**
298 **que o Planejamento Estratégico do COMDICA será realizado no dia 09 de janeiro de**
299 **2018.** Seguindo a pauta, Lourdinha (Casa Menina Mulher) lembra a necessidade de retorno dos
300 trabalhos de grupos realizados durante as avaliações dos planos. O presidente informa que tão
301 logo receba a sistematização do processo, o retorno será socializado com as diversas
302 organizações que participaram do seminário. Seguindo a pauta, o conselheiro Evandro diz que
303 o Edital de Captação de Recursos está pronto com todos os seus instrumentos e é uma busca de
304 visitas a conselhos que já atuam no campo da mobilização de recursos de doações de
305 percentual de impostos de renda e também a consulta a técnicos de alguns conselhos de outros
306 estados, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza. O conselheiro afirma
307 que os modelos de documentos dos conselhos de capitais e municípios foram acessados através
308 do contato com profissionais do setor jurídico e equipes sociopedagógicas. O modelo está
309 adequado ao MROSC e prevê, de uma forma possível e imaginável, sem engessamento, o
310 controle da sociedade civil sobre os recursos, diz Evandro. O conselheiro comunica ainda que
311 o Ministério Público está tentando uma ação para recorrer da Resolução N°004/2017 - que
312 normatiza o processo de captação de recursos. Nas informações levantadas junto ao MP, o
313 mesmo esclarece que o problema é um tipo específico de doações feitas para institutos e
314 fundações empresariais, diz Evandro. O conselheiro afirma que quando não se especifica em
315 documento, é comum o empresário destinar os recursos para a sua própria instituição e o
316 dinheiro ficar na própria empresa. O Ministério Público afirma que essa forma de captação não
317 pode ser realizada, diz Evandro. A proposta é fazer algumas alterações na Resolução
318 N°004/2017 e antecipar a situação para evitar problemas, diz Evandro. Ele afirma ainda que o
319 edital precisa de algumas alterações da Resolução N°004/2017. O conselheiro diz também que
320 num dos plenos anteriores foi votado que o acesso à esse tipo de captação será amplo. Ele diz
321 que, anteriormente, estava previsto que a instituição que vai mobilizar o recurso através da
322 captação de recursos do imposto de renda não poderia acessar o recurso que advém da fonte do



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323 Tesouro Municipal, mas após debate foi votado que fosse aberto. Uma outra alteração prevista
324 é vetar o acesso para fundações e instituições empresariais, diz Evandro. Por isso, o
325 conselheiro afirma que é preciso um pleno extraordinário para a apresentação do edital. O
326 edital foi pensado de uma forma pedagógica pelo Instituto Solidare e AACD, fala Evandro. O
327 colegiado solicita que o edital seja encaminhado para as comissões, aos/as conselheiros/as e
328 Fórum DCA. O conselheiro Marcos diz que percebeu que a questão da "doação casada" é uma
329 discussão complicada, mas junto com o conselheiro Evandro, a AACD preferiu fazer pelos
330 modelos que já estão disponíveis para que todos/as participem e analisem o edital. Ele diz que
331 é um assunto delicado e por isso é importante que o colegiado tenha essa percepção. O
332 conselheiro lembra que o edital de captação também vai alimentar o fundo municipal. Com
333 relação a Resolução N°004/2017, ele afirma que é importante resolver a questão para que,
334 futuramente, o Ministério Público não faça o indeferimento. O conselheiro lembra que é
335 importante sair com uma data para análise e encaminhamento das comissões temáticas e do
336 Fórum DCA para que o colegiado aprove o edital, ainda esse ano, e as instituições consigam
337 ter orçamentos para 2018 com uma certa tranquilidade. No caso da AACD, Marcos afirma que
338 a instituição anda numa situação bem complicada já que a tabela SUS não é atualizada há mais
339 de 10 anos. Ele afirma também que a percepção é que vai faltar recursos nos governos para as
340 instituições e que é preciso achar uma saída. Marcos diz que a saída já existia e que só era
341 preciso um consenso. O presidente afirma que a questão é uma emergência e que é preciso
342 trabalhar ainda esse ano. Para tanto, o colegiado delibera que o pleno para debater questões do
343 Edital de Captação de Recursos seja realizado no dia 05 de dezembro do corrente juntamente
344 com o pleno de homologação da decisão dos recursos do Edital 2017-18. Seguindo a pauta, o
345 presidente solicita que seja discutido sobre a campanha de captação de recursos do
346 COMDICA. O presidente afirma que o COMDICA mobilizou alguns atores para a campanha,
347 entre eles, o Poder Judiciário, a Câmara de Vereadores, a Receita Federal, mas a campanha não
348 caminhou conforme desejado. Ele afirma que a Secretaria de Comunicação desenvolveu a
349 campanha com toda a sua estrutura de criação. O presidente diz ainda que foram colocadas
350 algumas tarefas pela secretaria que já foram realizadas pelo Setor de Comunicação do
351 COMDICA, mas o processo não avançou. Os responsáveis pelos órgãos parceiros estão
352 esperando a campanha, diz o presidente. Ele comunica que já conversou com a secretária, Ana
353 Rita Suassuna, e ela diz que está tentando falar com a secretária executiva de Comunicação,
354 Renata Standtler, para encaminhar o processo. O conselheiro Evandro afirma da necessidade de
355 deliberar sobre o Edital de Captação de Recursos, pois quando houver o lançamento da
356 campanha, as instituições já apresentam onde será investido os recursos. O presidente informa
357 que a campanha foi pensada de modo que permite doações para os recursos universais do
358 fundo municipal. O presidente afirma que já que está nesse processo do Edital de Captação de
359 Recursos, vamos ampliar a campanha. A técnica Angélica afirma que a Agência Marta Lima
360 fez uma proposta visual para a campanha, mas que ela não representa bem a "cara" do
361 COMDICA. É preciso que as crianças e adolescentes das instituições que fazem parte do
362 COMDICA estejam representadas na campanha, diz a técnica. Angélica acredita que é
363 importante também que o prefeito Geraldo Júlio esteja envolvido, conjuntamente com as
364 secretarias de Comunicação e Imprensa, para que a empreitada ganhe peso e possa se espalhar
365 por todo o Recife, por isso, a necessidade de uma articulação política com o Gabinete do
366 Prefeito e Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos
367 Humanos. A técnica disse ainda que para o final do ano não é possível a formatação da
368 campanha nos moldes desejados e que é preciso pensar um formato de campanha do meio do



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

369 ano para o final para que se possa fazer uma ponte com o Imposto de Renda. Por fim, ela
370 reafirma a necessidade de colocar a campanha no Planejamento Estratégico de 2018. A
371 conselheira Lívia afirma concordar com tudo que foi dito pela técnica Angélica. Ela lembra
372 que quem trabalha com os direitos violados tem uma luta longa e construída, mas pouco visível
373 para parte da população e que, portanto, é preciso também fazer uma campanha que tenha foco
374 na visibilidade do conselho. Ela afirma que é um grande desafio visibilizar o COMDICA. O
375 conselheiro Marcos diz que historicamente a AACD já faz uma campanha voltada para
376 visibilizar a instituição. Ele afirma que usa canais doados pelo negócio com esse objetivo. Para
377 tanto, solicita a permissão do colegiado para utilizar a logomarca do COMDICA na campanha
378 da instituição. O conselheiro afirmar ainda que a AACD deverá reforçar a marca COMDICA
379 de uma forma conjunta quando o Edital de Captação for aprovado e, assim, será possível
380 utilizar os mesmos canais de divulgação da campanha. O conselheiro Albérico diz que é
381 importante avaliar a imagem do COMDICA, já que a casa nem capinação possui. Como
382 associar imagens dessa forma, diz Albérico. **Informes Gerais** - A conselheira Andréa diz que
383 participou como representante titular de uma reunião de instalação do Comitê Gestor de Ações
384 Preventivas na Educação, no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude, no último
385 dia 08 de novembro, e que no próximo dia 13 de dezembro do corrente tem nova reunião onde
386 deverá fazer a apresentação das ações do COMDICA e tirar a coordenação geral do comitê. O
387 presidente diz que o COMDICA recebeu um convite da LBV para participar da entrega de
388 cestas de alimentos arrecadadas para o Natal Permanente, no dia 21 de dezembro, às 10h, na
389 sede da instituição. O presidente afirma ainda que o GEPAS - Grupo de Estudos e Pesquisas
390 sobre Assistência Social - lança um livro de autoria de Paulo Rubens Santiago, no dia 23, às
391 9h, no Auditório do Centro de Ciências Sociais, na UFPE. Por fim, o presidente comunica que
392 no dia 24, às 9h, foi convidado para audiência pública no Plenarinho da Câmara Municipal
393 sobre a estrutura dos conselhos tutelares. A técnica Angélica informa que o TJPE convida para
394 o lançamento da Campanha de Adoção e Apadrinhamento no Salão do Pleno, dia 28, às 11h.
395 Aurely lembra que o FOSCAR foi antecipado para o dia 07 de dezembro por conta do Ciclo
396 Natalino. Alexandre (Escola Pernambucana de Circo) convida para que os/as presentes
397 participem de uma ação que visa arrecadar fundos para a instituição no dia 03 de dezembro, a
398 partir das 14h, na Macaxeira. Ele explica ainda que a culminância da escola será nos dias 16 e
399 17 de dezembro. Finalizada a discussão e não havendo nada mais a tratar, o pleno do Conselho
400 Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente é encerrado às 12h,
401 ficando convocado pleno ordinário para o dia 29 de novembro do corrente.

402
403 Recife, 22 de novembro de 2017

404
405 **José Rufino da Silva**
406 Presidente